

ISE's: movimentação contestatária começou no Porto

ALUNOS DE ENGENHARIA EM GREVE OCUPARAM DEPARTAMENTO MINISTERIAL

Rejeitam as condições de ingresso no ensino superior

Os alunos do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP) fizeram ontem, durante todo o dia, uma greve às aulas que contou com uma adesão da ordem dos 100%. Para alertarem a opinião pública para a sua luta, os estudantes ocuparam simbolicamente, entre as 15.00 e as 17.30 horas, os serviços da delegação distrital do Porto do Gabinete Coordenador de Ingresso no Ensino Superior (GCIES).

Com a paralisação e a ocupação da delegação do GCIES, na Praça do Dr. Francisco Sá Carneiro (antiga Praça Velasquez), no Porto, os alunos do ISEP tiveram em vista manifestar o seu protesto contra a portaria n.º 173/85, de 30 de Abril, que regulamenta o ingresso no ensino superior no próximo ano lectivo, diploma que, segundo os estudantes, vem criar «discriminações e desigualdades» no acesso aos institutos superiores de Engenharia (ISE's) e às universidades. A greve às aulas foi decidida em reunião geral de alunos, devendo haver nova paralisação amanhã. Entretanto, hoje é a vez de pararem os alunos do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL).

A ocupação da delegação do GCIES na capital norte-açoriana, que surgiu na sequência de uma concentração que reuniu várias dezenas de alunos do ISEP frente ao edifício onde está instalado aquele departamento do Ministério da Educação e Cultura, fez com que o trânsito naquela zona da cidade tivesse sofrido algumas perturbações. Tal facto obrigou à intervenção da Polícia, que, adiante-se, actuou de forma a não inviabilizar a acção de luta encetada pelos estudantes. «Actuámos de uma forma passiva e pacífica, sem grande alarido», revelou ao JN, o estudante

Rui Amílcar, da Assembleia de Representantes do ISEP.

O diploma que é contestado pelos estudantes dos ISE's é a portaria do Ministério da Educação e Cultura que aprova o regulamento do regime geral de candidatura à primeira matrícula e inscrição em estabelecimentos e cursos do ensino superior no ano lectivo de 1986/87, publicada no «Diário da República» em 30 de Abril passado. Nele se estabelece que metade dos «numerus clausus» do ISE's é reservado a alunos habilitados com o 12.º ano de via profissionalizante do ensino secundário e do ensino técnico-profissional (40% e 10%, respectivamente). Ora, «por si só, tal não levantaria qualquer questão, não faz o caso de esse normativo não se aplicar também às escolas de engenharia lecionadas em universidades, o que introduz desigualdades nas condições de ingresso, até agora inexistentes», destacou o prof. Luís Ferreira de Melo, presidente da Mesa da Assembleia de Representantes e membro do Conselho Científico do ISEP, em depoimento que prestou ao nosso jornal (e que ilustra bem o envolvimento dos professores do ISEP neste processo de luta).

Para aquele docente do ISEP, o forte movimento de repúdio que a referida portaria está a suscitar nos

ISE's — «abrangendo no ISEP todos os órgãos de gestão e desmascando uma greve dos estudantes», o que é «uma festa escola» — floa a dever-se aos «sérios prejuízos causados aos bacharéis em Engenharia». E que — continua o prof. Ferreira de Melo —, «para a inscrição dos bacharéis em Engenharia (serviço de formação que dão os ISE's) — há adequação categorial profissional no âmbito da FEANI (Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenheiros) que para tal exige condições de acesso iguais às estipuladas para as universidades, e é necessário que os ISE's continuem ligados às universidades». Isto é: se as condições de acesso aos ISE's forem diferentes daquelas que condicionam o acesso aos estabelecimentos de ensino integrado nas universidades, a FEANI deixa de reconhecer os engenheiros formados por aquelas escolas.

«Este aspecto constitui um ponto de honra para o ISEP», frisou o presidente da Mesa da Assembleia de Representantes do ISEP, para quem «parece incompreensível» que queira «cortar o acesso às universidades» aos alunos do ensino técnico-profissional e da via profissionalizante do 12.º ano. Por outro lado — destacou o prof. Ferreira de Melo —, «causou «surpresa e indignação» o facto de os responsáveis ministeriais não terem consultado previamente os órgãos de gestão do ISEP sobre o teor e o alcance da portaria n.º 173/85, «e que representa, no mínimo, uma grave «indelicência» (chamemo-lhe assim...) para com uma escola cujas posições construtivas e de grande objectividade julgávamos serem apreciadas no Ministério da Educação».

As posições ora assumidas pelos estudantes e, sobretudo, pelos responsáveis do ISEP (cuja Assembleia de Representantes foi, aliás, a primeira entidade a tomar público o seu desacordo em relação à portaria do Ministério da Educação, em reunião realizada no passado dia 14) têm também a ver com o trabalho a que se tem entregado uma parte considerável do corpo docente do ISEP, que tem apostado no «desenvolvimento de um largo movimento de valorização científica» dos docentes daquele estabelecimento de ensino. E que — como salienta o prof. Ferreira de Melo —, «83 docentes desta escola encontram-se, até ao momento, envolvidos em acções de doutoramento e de mestrado», o que é uma «situação pouco comum em escolas portuguesas».

«Esta dinâmica — sublinha aquele docente do ISEP — deveria também reflectir-se num procedimento mais cuidado por parte dos responsáveis, a diversos níveis, do Ministério da Educação no seu relacionamento com o ISEP. Um primeiro passo positivo terá de ser a urgente alteração da portaria 173/85».

Nesta perspectiva, aliás, o Conselho Científico do ISEP, ao que nos disse o prof. Ferreira de Melo, está neste momento a preparar vários cursos de especialização de nível equivalente à licenciatura, para o que conta com o apoio de docentes de várias universidades do país. Estas cursos, de pós-graduação relativamente ao bacharelado adquirido nos ISE's, abrangem áreas como a Gestão da Produção, Gestão de Energia na Indústria Química, Engenharia de Materiais, Engenharia de Qualidade Industrial e Controlo Electrónico Industrial.

Refira-se que os três ISE's do país (Porto, Lisboa e Coimbra) têm actualmente quase sete mil alunos. Só o ISEP é frequentado por 1900 alunos. Em Lisboa, cujo ISE deve parar hoje, há quatro mil alunos.

Contactada por nós, uma fonte do GCIES revelou que todo este problema era já previsível em 1981, quando foi publicada a Portaria n.º 604/81, de 11 de Agosto, diploma em que é definido o esquema de funcionamento do 12.º ano (via de ensino e via profissionalizante). Então, e no que se refere à via profissionalizante, foram estabelecidos os respectivos planos de estudo e definidas as áreas possíveis de concurso por parte dos alunos habilitados com tais estudos. E as os alunos dos cursos de «Técnico de Agricultura» ou «Técnico de Pecuária» têm optado (e entrado) pelas escolas superiores agrárias, como os dos cursos de «Técnico de Contabilidade» e «Secretário/a» têm ingressado nos institutos superiores de Contabilidade e Administração, os alunos dos ISE's vêem-se agora confrontados com este problema, que pode vir a ser, como é bom de ver, agravado com a eventual integração dos ISE's no ensino superior politécnico.

Ora, tal solução é evidentemente contestada quer por aqueles que trabalham e estudam nos ISE's quer pelos engenheiros que já adquiriram a sua formação, cujos representantes sindicais se têm vindo a movimentar para que a versão final da lei de bases do sistema educativo, actualmente em debate no Parlamento, venha a pôr um travão definitivo à integração dos ISE's no «Politécnico».

Table with 31 rows and 1 column, numbered 1 to 31.

Conflito - estudantes Inst. sup. enge Porto